

# Deputados vão ao MP pela bolsa

Jorge Cardoso



As deputadas Maria José Maninha e Lúcia Carvalho (PT/DF) entregam ao procurador-geral Humberto Ulhoa a representação de sua bancada contra a extinção do atual programa

O Programa Sucesso no Aprender, apresentado pela secretária de Educação, Eurides Brito, como alternativa à bolsa-escola não apresenta qualquer novidade. A proposta de substituir o pagamento de um salário mínimo por material didático, assistência médico-odontológica e cesta básica foi a forma disfarçada de extinguir o programa que é a marca da gestão de Cristovam Buarque. Essa é a opinião dos deputados que compõem a bancada distrital do Partido dos Trabalhadores (PT) na Câmara Legislativa.

Por isso, os petistas, liderados pela deputada Maria José da Conceição Maninha, entraram ontem com uma representação junto ao Ministério Público, solicitando providências contra a extinção da Bolsa-Escola.

“O programa da secretária de Educação é totalmente inócuo porque todas as medidas propostas já são aplicadas no Distrito Federal”, alerta Maninha. A deputada explica que, a cada ano, os alunos da rede pública de ensino já recebem material didático, graças ao Programa Nacional do Livro Didático, implantado, há dez anos, com recursos do Ministério da Educação. Cadernos e lápis também são distribuídos para alunos carentes, mediante convênio firmado com o Comunidade Solidária, presidido pela primeira-dama Ruth Cardoso.

Nada de novidade também em relação à assistência médico-hospitalar que integra a proposta do Sucesso no Aprender. Segundo o diretor-executivo da Fundação Educacional no governo Cristovam, Jacy Braga, desde 1983, já existe o Programa Integrado de Saúde Escolar (PISE), mantido em parceria entre a Secretarias de Educação e Saúde. O PISE atende crianças do ensino fundamental, e dá assistência odontológica, nutricional e médica em geral. Os casos mais graves são encaminhados aos hospitais da rede pública.

Além disso, os alunos da bolsa-escola que não conseguiam comprar o uniforme ganhavam a camisa e a calça da Fundação Educacional, assegura Jacy. “Além disso, na campanha (eleitoral de 1998), Cristovam já havia se comprometido a dar o Kit uniforme escolar, com duas peças de roupa e o tênis”.

E o Programa Pro Família, criado pelo governador Joaquim Roriz, já distribui cestas básicas para famílias carentes. Isso significa que não precisará haver qualquer vínculo entre a frequência das crianças na escola e o recebimento do benefício, desde que critérios exigidos pelo Pro Família sejam atendidos. Atualmente cerca de 70 mil famílias já recebem a cesta básica.

Na entrega da representação ao procurador-geral do Ministério Público, Humberto Adjuto Ulhoa, as deputadas Maninha e Lúcia Carvalho entregaram um dossiê com dados sobre a bolsa-escola que, segundo elas, comprovam a eficiência

## MEMÓRIA

### O CANDIDATO PROMETEU ATÉ AMPLIAR

*“O programa Bolsa-Escola é um projeto que terá continuidade no meu governo, mas vamos adotar critérios diferentes dos que existem hoje. Um deles é o de não gastar milhões com propaganda, como vem acontecendo no governo do PT. Programa social que vise atenuar*

*o sofrimento dos menos favorecidos não pode ser objeto de publicidade e promoção pessoal. Vamos, portanto, dar continuidade à bolsa-escola e, se possível, ampliá-la, mas com responsabilidade”.*

(Joaquim Roriz, em 26 de agosto de 1998, em resposta, no *Correio*, a uma pergunta de eleitor sobre a continuidade do programa Bolsa-Escola)

*“Não consigo entender por que um governador que deveria estar preocupado com o futuro das nossas crianças faz uma*

*coisa dessas. Corta programas importantes na educação, só porque fui eu que fiz. A ideia de mudar por mudar é coisa da velha política, de quem não se preocupa com as nossas famílias, com as nossas crianças. Eu sempre tive a maior preocupação com o ensino. E é com essa mesma preocupação, com esse mesmo cuidado, que eu vou tratar do ensino no meu governo. Vou continuar e dobrar o único programa do atual governador que está dando certo: a bolsa-escola”.*

(Joaquim Roriz, em programa político durante o segundo turno das eleições, em outubro de 1998)

*“Todos aqueles (programas) que estão dando certo vão continuar. Não posso acabar com a bolsa-escola. O Saúde em Casa eu pretendo manter, mas vamos corrigir certas injustiças”.*

(Joaquim Roriz, sobre programas do governo Cristovam Buarque, na primeira entrevista como governador eleito, em 26 de outubro de 1998)

cia do Programa, avaliações favoráveis de organismos internacionais, políticos e pesquisadores, além de recortes de matérias publicadas no *Correio Braziliense* sobre o assunto.

De acordo com os números apresentados ao Ministério Público, o índice de evasão entre alunos da bolsa-escola, em 1997, foi de 0,65% contra 6,8% dos alunos regulares. O índice de reprovação dos bolsistas também foi inferior: 7,9%, contra 16,2% dos alunos regulares. A avaliação favorável de or-

ganismos internacionais também reforça a posição da bancada do PT de que o Programa não pode acabar. “Em 1998, a Unesco, o Unicef e o Instituto Polis avaliaram o Programa e concluíram que a Bolsa-Escola melhora as condições de vida das famílias carentes, as condições de acesso à escola, a autoestima e aumenta a esperança em um futuro melhor, evita o trabalho infantil e contribui para a geração de uma cultura escolar positiva”, diz a representação assinada pelos cinco

distritais do PT que será encaminhada pelo procurador-geral à Procuradoria Distrital dos Direitos do Cidadão. Dessa forma, o Ministério Público vai se pronunciar quanto à legalidade da medida anunciada pelo atual governo.

Mas Humberto Ulhoa esclarece que o governador tem o poder discricionário de estabelecer sua política de educação. A própria líder do PT reconhece que em termos práticos pouco pode ser feito pelo Ministério Público para assegurar

a permanência do programa Bolsa-Escola. “A ida ao Ministério Público é uma forma de acionar os órgãos competentes ao absurdo que este governo está promovendo contra a população do Distrito Federal”, explica Maninha.

O chefe de gabinete da Procuradoria-Geral, promotor público Leonardo Gandarra, explica que se ficar constatado prejuízo à população do Distrito Federal, o Ministério Público pode recomendar a manutenção da bolsa-escola.